

**Ata da 5ª (quinta) reunião ORDINÁRIA do ano de 2026 do Comitê de Investimentos do  
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Hortolândia –  
HORTOPREV**

Aos vinte e um de maio de dois mil e vinte e seis, às nove horas, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Hortolândia, nomeados pela Portaria nº 076/2024, a saber o Sr. **Leonardo Dell Antonio Facchini** – representante do HORTOPREV, o Sr. **Agnaldo Messias Rodrigues** – representante do HORTOPREV, o Sr. **Cristiano Rezende Penha** – representante da Secretaria Municipal de Finanças e o Sr. **Hélio Soares de Oliveira** - representante da Secretaria Municipal de Finanças, na sede do HORTOPREV em sua sala de reuniões, na Rua Alda Lourenço Francisco, nº 160, Remanso Campineiro, Hortolândia/SP. Participaram como ouvintes a Sra. Maria Luisa Denadai, Diretora Superintendente e gestora de recursos, Sra. Celia Regina de Freitas Pereira, Diretora Adm. Financeira, e os membros suplentes Sra. Carolina Saraiva Leal Brito e Sr. Jefferson Ribeiro de Freitas. Os membros verificaram que a reunião conta com quórum para instalação e deram abertura aos trabalhos. Realizaram a leitura da pauta e relatórios de matérias submetidas para apreciação do colegiado, passando a discussão e deliberação dos itens de pauta.

**1) Relatórios de março e abril de 2026:** Os membros do comitê avaliaram os relatórios expedidos pela consultoria financeira LDB / i9 Advisory referente aos meses de março de abril de 2026, nos seguintes aspectos:

**a. Rentabilidade dos investimentos:** O comitê analisou a rentabilidade da carteira por categoria de investimentos, por categoria, comparando com a meta atuarial que, em março foi de 1,37% e abril foi de 1,12%:

**i. Fundos exclusivos de títulos de públicos:** Esta classe de ativos superou a meta atuarial apenas em abril, com resultado de 1,33%. Em março, o resultado foi inferior, em 0,58%. O retorno ruim de março se deu especialmente pela abertura da curva de juros pré-fixada, que puxou a rentabilidade do IRF-M e IRF-M1 para baixo.

**ii. Títulos públicos:** Em março, os títulos públicos ficaram próximos a meta atuarial com resultado agregado de 1,38%. Em abril, o resultado foi de 1,37%, também acima da meta, mas muito próximo.

- iii. **Fundos de ações:** Os fundos de ações no agregado tiveram um resultado ruim, sendo negativo de -5,52% em março e 0,70% em abril. Em ambos os meses os resultados vieram abaixo da meta.
  - iv. **Investimentos no exterior:** Os investimentos no exterior, de forma agregada, em março tiveram um resultado péssimo, de -9%, agravado pelo cenário geopolítico. Em abril, recuperou-se um pouco do prejuízo com resultado positivo de 6,79%.
  - v. **Demais investimentos:** Quanto aos demais investimentos do instituto, cuja proporção na carteira é pequena, cumpriu destacar que a maioria teve retornos negativos no período, e que a maioria segue categorizada como fundo ilíquido, cujo processo de desinvestimento é exógeno à vontade do instituto.
- b. **Enquadramento da carteira à política de investimentos:** Reitera-se, neste item, o disposto nas reuniões anteriores, em especial a busca gradual do alinhamento da carteira do instituto à política de investimentos e à Resolução CMN 5272/2025. Tal migração deve ocorrer até o final do exercício seguinte.
- c. **Atingimento da meta atuarial:** De forma agregada, março foi um mês péssimo, com resultado de 0,05% contra uma meta de 1,37%. Em abril, o resultado foi de 1,39% contra a meta de 1,12%. No ano, o instituto está atrás da meta, com resultado de 4,17% contra a meta de 4,46%.
- d. **Risco dos investimentos:** A análise de risco detalhada no relatório emitido pela consultoria trata basicamente do risco de mercado, que está dentro dos limites da política de investimentos, sendo no fechamento de abril:
- i. **Risco de mercado (*value-at-risk*):**
    - Carteira total: 1,60% contra um teto de 10%;
    - Renda fixa: 0,62% contra um teto de 7,5%;
    - Renda variável: 12,21% contra um teto de 17,5%;
    - Multimercados: 0,09% para multimercados contra um teto de 17,5%;
    - Exterior: 9,27% contra um teto de 7,5%;

O risco de mercado de investimentos do exterior superou o limite estabelecido na política de investimentos. Contudo, considerando que

o HORTOPREV está em processo de desinvestimento desta categoria de ativos, tal situação tende a ser solucionada nos próximos meses.

- ii. **Risco de crédito:** Quanto ao risco de crédito, reitera-se que a exposição do HORTOPREV é mínima e restrita a ativos ilíquidos que são exógenos à ação direta do instituto, sendo menor que 1% da carteira.
- iii. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez também se mostra controlado, com 38,79% da carteira podendo ser resgatada em até 30 dias e com exposições imobilizadas em títulos públicos marcados na curva com o devido respaldo de estudo de gerenciamento de ativos e passivos.

Por fim, todos os membros do comitê de investimentos emitiram de forma unânime **parecer favorável** aos relatórios, que na ótica do colegiado apresenta adequadamente a posição, rentabilidade e riscos dos investimentos no referido mês. Tal relatório deve ser encaminhado ao Conselho Fiscal para avaliação e aprovação, nos termos do Pró-Gestão RPPS.

**2) Política de investimentos:** Considerando a promulgação do regulamento de credenciamento através da Instrução Normativa HORTOPREV nº 01/2026, faz-se necessário a adequação da Política de investimentos a este novo documento. Assim sendo, o comitê propõe a alteração da política nos seguintes moldes, quanto ao capítulo VI, nos termos novos:

#### *Capítulo VI*

##### *Diretrizes de credenciamento de prestadores de serviços*

*As diretrizes de credenciamento devem tomar por base, no mínimo:*

- a. *A boa qualidade de gestão;*
- b. *O ambiente de controle interno;*
- c. *O histórico e experiência de atuação;*
- d. *A solidez patrimonial;*
- e. *O volume de recursos sob administração;*
- f. *A exposição ao risco reputacional;*
- g. *O padrão ético de conduta;*
- h. *A aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho e a outros destinados à mitigação de riscos; e*
- i. *Ao atendimento aos princípios de segurança, proteção e prudência financeira.*

*Os critérios de credenciamento serão definidos em Instrução Normativa emitido pela Superintendência, após aprovação do Conselho de Aprovação do HORTOPREV.*

Complementarmente, considerando o parecer de consultoria financeira emitido em abril de 2026 sobre os limites máximos definidos na política de investimentos, dado a Resolução CMN 5.272/2025, recomenda-se a alteração destes limites nos seguintes termos:

*Tabela 1 - Alocação estratégica para 2026*

Artigo	Tipo	Limite Inferior	Alvo	Limite Superior	Limite CMN
Art. 7º - V	Classes de fundos de renda fixa e ETF - Demais	...	...	1%	...
Art. 7º - IX	Subclasses sênior de FIDC ou FIC-FIDC	...	...	1%	...
Art. 8º - I	Classes de fundos de Ações	...	...	10%	...
Art. 9º - II	Classes de FI - Invest. Exterior - Invest. Qualif.	...	...	5%	...
Art. 9º - III	Classes de FI - Inv. Exterior - Invest. em geral	...	...	5%	...
Art. 10 - III	Classes de FIP e FIC-FIP	...	...	1%	...
Art. 11	FII - oferta primária ou pregão de bolsa de valores	...	...	1%	...

*Os limites máximos acima de 0% em ativos “vedados” decorrem do fato de a Resolução CMN 5.272/2025 permitir que os RPPS mantenham ativos em desconformidade com a atual legislação pelo período máximo de 2 (dois) anos:*

**3) Avaliação dos contextos que impactam a carteira de investimentos:** O comitê então se debruçou sobre os contextos atuariais, financeiros, orçamentários, econômicos e normativos que podem impactar decisões de investimentos presentes e futuras.

**Contexto orçamentário:** Na execução do orçamento, nenhuma novidade foi encontrada pelos membros do comitê que fosse diferente do constatado em atas anteriores.

**Contexto atuarial:** No contexto atuarial, o comitê verificou que o Estudo de Gerenciamento de Ativos e Passivos (ALM) foi encaminhado pela consultoria financeira. Assim, passou a analisar o documento. Em análise os membros do comitê constataram que o estudo ALM não vinculou especificadamente os níveis de alocação aos níveis do pró-gestão, conforme o nível do instituto, no entanto, deve-se recordar especialmente do fato da possibilidade de manutenção dos recursos extraordinariamente em até dois anos após a promulgação da norma. Portanto, neste quesito, o estudo mantém sua funcionalidade adequada ainda que não especificando ativos vinculados ao pró-gestão nível 1. Destacou o comitê que a recomendação de aporte em NTN-B deve ser visitada à luz das intenções potenciais de compras de vidas e alterações no passivo atuarial do instituto – uma vez que é de conhecimento deste comitê que a Prefeitura Municipal contratou empresa de consultoria atuarial para analisar este tema. Assim, qualquer imobilização de capital adicional deve ser feita com cautela e preferivelmente aguardar o resultado desta alteração no passivo. O comitê também indica que os valores previstos de alocação em investimentos no exterior estão em processo de resgate, mediante a adequação da norma nova, e que isso estará em contrassenso com o que se dispõe no ALM. Comentou também que historicamente o HORTOPREV sempre caminha em direção ao ALM de forma gradual. A graduação é necessária para não realizar movimentações bruscas com impactos grandes à carteira, fazendo-se uso, preferencialmente, da estratégia de preço médio da movimentação financeira. Por fim, o comitê integrará o estudo ALM na alocação da política de investimentos de 2027, já implementando, naquilo que for cabível, as recomendações durante o exercício de 2026, com as ressalvas aqui registradas.

**Contexto financeiro:** Nenhuma alteração relevante da última reunião para esta foi verificada.

**Contexto macroeconômico:** O cenário macroeconômico de abril e maio de 2026 segue em alerta, dominado pelo severo choque de oferta global desencadeado pelo conflito militar no Estreito de Ormuz. Como agravamento do quadro já ressaltado em reuniões anteriores, destacou-se que a região é responsável por cerca de 30% a 35% das exportações globais de ureia e 20% a 30% das de amônia, o que interrompeu o fornecimento de fertilizantes e pressionou os custos do agronegócio global. Assim, a aversão ao risco permanece elevada, aguardando os desdobramentos das negociações em curso para normalização do comércio marítimo na região.

Nos Estados Unidos, esse ambiente impôs cautela ao Federal Reserve, que desacelerou — mas não interrompeu — seu ciclo de afrouxamento monetário. O FOMC manteve a taxa dos *Fed funds* na faixa de 3,50% a 3,75% na reunião de 29 de abril, terceira reunião consecutiva sem alteração, adotando postura de espera diante de sinais econômicos conflitantes. A inflação estadunidense segue acima da meta. O choque energético do Oriente Médio introduz um vetor de incerteza adicional, mas a projeção mediana do próprio *Fed* ainda contempla um corte de 0,25 ponto percentual em 2026. O cenário é de pausa prolongada, não de impossibilidade de cortes — uma distinção relevante para a precificação de ativos globais.

No Brasil, os reflexos do choque externo são evidentes na dinâmica de inflação e crescimento, agravados pelo balanço fiscal. A interrupção no fornecimento de insumos como fertilizantes eleva os custos do agronegócio e de alimentos, e o conflito no Oriente Médio pressionou combustíveis e fretes. O IPCA acumulado em 12 meses acelerou para 4,37% no IPCA-15 de abril — já próximo e, nas projeções de mercado, destinado a ultrapassar o teto da meta. Pelo regime de meta contínua vigente desde janeiro de 2025, o Conselho Monetário Nacional fixou a meta em 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual, ou seja, teto de 4,5%. O boletim Focus de 15 de maio projeta o IPCA de 2026 em 4,92%, acima do teto, em alta pela décima semana consecutiva — configurando desancoragem das expectativas. As projeções para o PIB de 2026 estacionaram em 1,85%, comprimidas pela inflação importada e pelo crédito restrito.

Diante da inflação importada e das incertezas fiscais, o Banco Central do Brasil adota uma postura restritiva, porém em processo de calibração gradual. Em 29 de abril, o Copom reduziu a Selic pela segunda vez consecutiva, em 0,25 ponto percentual, levando a taxa de 14,75% para 14,50% ao ano. A decisão foi unânime e esperada pelo mercado. Trata-se, portanto, de um ciclo de flexibilização em andamento, iniciado após a Selic permanecer em 15% ao ano de junho de 2025 a março de 2026. O ritmo dos

cortes é cauteloso, condicionado à evolução do conflito e seus efeitos sobre a inflação e o Copom não sinalizou a magnitude ou a direção dos próximos passos. Ainda assim, esse nível de juros nominais se traduz em taxa real *ex-ante* muito elevada, configurando aperto monetário severo que desestimula teses de investimento atreladas ao consumo interno, alavancagem corporativa e expansão cíclica doméstica. O mercado projeta a Selic em 13% ao final de 2026, o que implicaria cortes adicionais de 1,5 ponto percentual ao longo do ano. Em complemento, destaca-se que tal taxa de juros reais nestes níveis, provoca impacto fiscal, de forma que esta política monetária se torna maléfica para o equilíbrio das contas públicas.

Nos mercados, esse ambiente de juros elevados e incerteza global penaliza a bolsa de valores, deixando o Ibovespa com múltiplos descontados, embora os fluxos estrangeiros tem favorecido a bolsa em alguns aspectos. Neste cenário, o contexto eleitoral apimenta a situação, pois a incerteza doméstica em relação a condução ou não do projeto de governo atual incrementa o risco (tanto para alta quanto para baixa) dos ativos de risco. Complementarmente, notou-se uma queda brusca na bolsa brasileira nos dois últimos meses, destacando-se dentre diversos fatores a potencial retirada de capital internacional – em oposição a entrada do começo do ano.

**Contexto normativo:** Nenhuma alteração do cenário do mês anterior.

**4) Projeções:** O comitê passou a projetar a carteira do HORTOPREV até o final do ano considerando o contexto econômico e de movimentações financeiras esperadas. O resumo do cenário projetado pode ser visto na tabela abaixo, com resultados estimados a partir do mês atual e históricos até o mês de abril. Os resultados da carteira decorrem dos rendimentos projetados considerando o fluxo financeiro estimado em cada fundo de investimento (agregados pelos indicadores de referência) alocado até o final do ano, como entrada de recursos novos, cupons de juros etc. Destarte, o quadro que contém IPCA + X%, decorre de resultados esperados dos títulos marcados na curva. Além disso, considera-se o IBOVESPA no final do exercício em pouco superior de 185 mil pontos, impacto nulo dos investimentos no exterior (decorrente do resgate total desta posição esperado para o mês de junho de 2026) e retornos dos ativos de renda fixa considerando a projeção da SELIC, um leve spread (1%) do IRF-M1 sobre o IMA-S, e considerando uma leve queda das taxas de juros pré-fixadas e indexadas no final do período eleitoral.

INDICADOR	jan/26	fev/26	mar/26	abr/26	mai/26	jun/26	jul/26	ago/26	set/26	out/26	nov/26	dez/26	2026
IPCA + 5,02%	0,75%	0,75%	1,12%	1,30%	1,09%	0,83%	0,72%	0,67%	0,68%	0,68%	0,68%	0,67%	10,43%
IPCA + 5,17%	0,75%	0,75%	1,12%	1,30%	1,09%	0,83%	0,72%	0,67%	0,68%	0,68%	0,68%	0,67%	10,43%
IPCA + 5,66%	0,79%	0,79%	1,16%	1,34%	1,13%	0,87%	0,76%	0,71%	0,72%	0,72%	0,72%	0,71%	10,95%
IPCA + 5,81%	0,80%	0,80%	1,18%	1,36%	1,14%	0,88%	0,77%	0,72%	0,73%	0,73%	0,73%	0,72%	11,10%
IPCA + 5,86%	0,81%	0,81%	1,18%	1,36%	1,15%	0,89%	0,78%	0,73%	0,74%	0,74%	0,73%	0,73%	11,16%
IPCA + 6,12%	0,83%	0,83%	1,20%	1,38%	1,17%	0,91%	0,80%	0,75%	0,76%	0,76%	0,75%	0,75%	11,43%

IPCA + 6,44%	0,85%	0,85%	1,23%	1,41%	1,19%	0,93%	0,82%	0,77%	0,78%	0,78%	0,78%	0,77%	<b>11,77%</b>
IPCA + 7,185%	0,91%	0,91%	1,28%	1,46%	1,25%	0,99%	0,88%	0,83%	0,84%	0,84%	0,84%	0,83%	<b>12,55%</b>
IPCA + 7,05%	0,90%	0,90%	1,27%	1,45%	1,24%	0,98%	0,87%	0,82%	0,83%	0,83%	0,83%	0,82%	<b>12,41%</b>
IMA-S	1,18%	1,01%	1,27%	1,09%	1,13%	1,12%	1,10%	1,08%	1,06%	1,04%	1,02%	1,02%	<b>13,95%</b>
IRF-M1	1,20%	1,02%	1,02%	0,99%	1,15%	1,13%	1,11%	1,09%	1,07%	1,05%	1,03%	1,03%	<b>13,68%</b>
IRF-M	1,96%	0,99%	-0,59%	1,24%	-0,90%	1,09%	1,09%	1,09%	1,09%	1,09%	1,09%	1,09%	<b>10,79%</b>
IMA-B	1,20%	0,09%	0,17%	1,81%	-0,80%	0,64%	0,64%	0,89%	1,02%	1,02%	1,39%	1,39%	<b>9,86%</b>
IMA-B 5+	0,84%	-0,31%	0,79%	2,20%	-1,20%	0,63%	0,63%	1,13%	1,13%	1,13%	2,13%	2,13%	<b>11,75%</b>
IBOVESPA	12,56%	4,09%	-0,70%	-0,08%	-7,00%	0,60%	0,60%	0,80%	0,80%	0,80%	1,20%	1,20%	<b>14,77%</b>
MSCI ACWI (BRL)	4,58%	4,34%	2,62%	2,04%	1,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	<b>15,40%</b>
STRESS	0,21%	0,21%	0,20%	0,23%	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%	<b>2,48%</b>
<b>IPCA</b>	0,33%	0,70%	0,88%	0,67%	0,41%	0,30%	0,25%	0,26%	0,26%	0,26%	0,25%	0,25%	4,92%
<b>META ATUARIAL</b>	0,80%	1,10%	1,37%	1,12%	0,88%	0,77%	0,72%	0,73%	0,73%	0,72%	0,72%	0,72%	<b>10,86%</b>
<b>HORTOPREV</b>	1,51%	1,17%	0,05%	1,39%	-0,02%	0,89%	0,84%	0,86%	0,88%	0,87%	0,96%	0,96%	<b>10,85%</b>

O cenário, portanto, mostra surpreendente resultado próximo a meta, devendo ser constantemente avaliado quanto aos resultados propostos, uma vez que caso alguma premissa acima esteja fora do esperado, o HORTOPREV poderá não atingir a meta atuarial. Contudo, o inverso é verdadeiro. A média das projeções dos bancos apontam um IBOVESPA no final do ano entre 185 mil e 240 mil pontos. O Comitê utilizou uma projeção neutra, podendo ser surpreendido positivamente ao longo do ano. De todo, o comitê indica a manutenção das recomendações anteriores e o constante monitoramento das expectativas de mercado.

**5) Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião. Esta ata foi redigida sumariamente por membro do Comitê de Investimentos, Sr. Leonardo Dell Antonio Facchini, e assinada por todos os membros deste Comitê e seguirá para publicação no Diário Oficial de Hortolândia.

**Leonardo Dell Antonio Facchini**  
Comitê de Investimentos - HORTOPREV  
CP RPPS CGINV III

**Cristiano Rezende Penha**  
Comitê de Investimentos – PMH/SMF  
CP RPPS CGINV II

**Hélio Soares de Oliveira**

Comitê de Investimentos – PMH/SMF

CP RPPS CGINV I

**Agnaldo Messias Rodrigues**

Comitê de Investimentos - HORTOPREV

CP RPPS CGINV I